



Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2022

ATA Nº 004, no vigésimo oitavo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, às 08h40min, reuniram-se no DETRAN/MT, na sala da Coordenadoria de Aquisições e Contratos, em sessão interna, a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 578/2022/GP/DETRAN-MT, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 27 de setembro de 2022, a fim de realizar o julgamento da(s) proposta(s) comercial(is), para a Tomada de Preços nº 03/2022, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para reforma da 47ª Ciretran de Vila Rica - MT.

Para subsidiar o julgamento desta Comissão de Licitação, foi requerido para a área demandante/técnica, parecer acerca das propostas comerciais da(s) empresa(s) participante(s).

DA ANÁLISE DA COORDENADORIA DE OBRAS E ENGENHARIA

Conforme parecer técnico expedido pela parecerista Sr. JOSE EDUARDO DE MELO MARTINS, que consignou em sua análise:

“Este parecer Técnico 054/2022 não aponta pendência quanto aos itens analisados: composição de LDI, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e composições unitárias”.

Em que pese ter havido a solicitação para que o parecer abrangesse todas as peças que compõe a proposta técnica da licitante (PROPOSTA COMERCIAL, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, DETALHAMENTO DA BONIFICAÇÃO DE DESPESAS INDIRETAS - BDI/LDI, ESCALA SALARIAL DE MÃO DE OBRA, verificando ainda as disposições do item 12.19 do Edital), o parecerista se conteve a tecer manifestação acerca dos termos da proposta comercial, e da escala salarial de mão de obra.

Entendemos que o alcance da análise a todas as peças da proposta técnica é de fundamental importância para a própria área demandante vez que será a parte fiscalizadora do futuro contrato.

Av. Dr. Hélio Ribeiro, nº 1000, Res. Paiaguás – Cuiabá-MT – CEP 78048-910
Fone: (65) 3615-4757/4791 – e-mail: licitacoes@detran.mt.gov.br – www.detran.mt.gov.br

Assinado com senha por MAX DE MORAES LUCIDOS - Presidente CPL / DAS - 28/09/2022 às 09:18:47, RENATA KAROLINE GUILHER - Membro / GCONT - 28/09/2022 às 09:29:00, THAMIA KAROLINE MOREIRA DA SILVA - Membro / COAC - 28/09/2022 às 09:46:33, CRISTIANE RIBEIRO DE SANTANA ARAUJO - Membro / GCONT - 28/09/2022 às 09:47:31, ADNA ARAUJO DE OLIVEIRA - Membro / COAC - 28/09/2022 às 11:09:37, JOAO MARCELO REGIS LOPES - Membro / COAC - 28/09/2022 às 11:10:13 e JOAO BOSCO DA SILVA - Membro / GCONT - 28/09/2022 às 13:28:11.

Documento Nº: 4567548-397 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4567548-397>



DETRAN/MT/202239403

SIGA



Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



DA ANÁLISE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Em análise aos documentos de proposta da empresa S.O.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA verificamos que a mesma apresentou todas as peças requeridas no ato convocatório.

Em licitações para obras e serviços, especialmente sob o regime de empreitada por preço global, os responsáveis pela licitação, ao selecionar a proposta mais vantajosa para Administração, devem efetuar análise individual dos preços unitários, o qual foi verificado pela área técnica/demandante, não havendo ocorrências de itens com preços manifestamente superiores aos praticados no mercado.

Com a finalidade de estabelecer parâmetros objetivos a serem seguidos durante o exame de viabilidade de propostas apresentadas em licitações do tipo menor preço para obras e serviços de engenharia, a Lei Federal nº 8.666/1993 fixou critérios matemáticos para a análise da exequibilidade dos preços ofertados.

De acordo com a referida lei, serão consideradas manifestamente inexequíveis propostas cujos valores sejam inferiores a 70% do menor dos seguintes valores: média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% do preço orçado pela Administração; ou preço orçado pela Administração.

Considerando que o valor orçado pela Administração foi de R\$670.250,16 temos:

- * 50% do valor orçado pela Administração: R\$335.125,08.
- * Valores das propostas válidas apresentadas: R\$668.814,20.
- * Valores das propostas apresentadas acima dos 50% do valor orçado pela Administração: R\$668.814,20.
- * Média das propostas: R\$668.814,20.
- * 70% da média: R\$468.169,94.

Em atenção ao cálculo acima demonstrado, apenas as propostas com valores abaixo de R\$468.169,94 apresentariam indícios de inexequibilidade, fato este que não ocorreu.

A presunção aritmética, ainda que própria de obras e serviços de engenharia, admite prova em contrário, quando, em razão do que dispõe o caput do dispositivo (em seu inciso II), a proposta mostrar-se

Av. Dr. Hélio Ribeiro, nº 1000, Res. Paiaguás – Cuiabá-MT – CEP 78048-910
Fone: (65) 3615-4757/4791 – e-mail: licitacoes@detran.mt.gov.br – www.detran.mt.gov.br

Assinado com senha por MAX DE MORAES LUCIDOS - Presidente CPL / DAS - 28/09/2022 às 09:18:47, RENATA KAROLINE GUILHER - Membro / GCONT - 28/09/2022 às 09:29:00, THAMIA KAROLINE MOREIRA DA SILVA - Membro / COAC - 28/09/2022 às 09:46:33, CRISTIANE RIBEIRO DE SANTANA ARAUJO - Membro / GCONT - 28/09/2022 às 09:47:31, ADNA ARAUJO DE OLIVEIRA - Membro / COAC - 28/09/2022 às 11:09:37, JOAO MARCELO REGIS LOPES - Membro / COAC - 28/09/2022 às 11:10:13 e JOAO BOSCO DA SILVA - Membro / GCONT - 28/09/2022 às 13:28:11.

Documento Nº: 4567548-397 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4567548-397>



DETRANDIC202239403

SIGA



Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



exequível. Sobre o assunto, Marçal Justen Filho defende opinião similar à exposta (in “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”. 5ª ed. São Paulo: Dialética, 1998. p.439):

“A disciplina do § 1º torna a questão da exequibilidade sujeita a variáveis totalmente incontroláveis, aleatórias e circunstanciais. Nem poderia ser de modo diferente, eis que o conceito de inexequibilidade deixa de referir-se a uma realidade econômica para transformar-se numa presunção. Não interessa determinar se uma proposta é ou não exequível, mas estabelecer padrões aritméticos para sua determinação. (...) Não se afigura defensável, porém, transformar em absoluta a presunção do § 1º. Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la. É inviável proibir o Estado de realizar contratação vantajosa. A questão é de fato, não de direito. Incumbe o ônus da prova da exequibilidade ao particular. Essa comprovação poderá fazer-se em face da própria Administração, pleiteando-se a realização de diligência para tanto. Subordinar o direito do licitante à prévia impugnação ao orçamento apresentado é violar o princípio da isonomia. Todos os demais licitantes estariam advertidos de que um outro concorrente irá formular proposta de valor mais reduzido. Estaria comprometida a igualdade dos participantes. Por outro lado, seria um despropósito imaginar que a omissão ou silêncio dos licitantes tornaria válido orçamento excessivo ou desvinculado da realidade econômica. Por tais motivos, reputa-se cabível que o particular, ainda que não impugne o valor orçado, defenda a validade de proposta de valor reduzido, mas exequível.”

Desse modo, balizados no Parecer Técnico expedido pela Coordenadoria de Obras e Engenharia desta Autarquia Estadual, esta Comissão de Licitação entende que a proposta comercial apresentada pela empresa S.O.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA é válida.

Assim, finalizada a análise e julgamentos das propostas comerciais, apresentamos o resultado no quadro a seguir:

EMPRESA	RESULTADO	VALOR
S.O.S CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA 05.543.903/0001-32	CLASSIFICADA 1º	R\$668.814,20

Assim, nos termos do item 12.1.2 e 12.1.3 do Edital, em especial o item 12.8.1, o julgamento da(s) proposta(s) comercial(is) foi realizado em sessão interna e seu resultado deverá ser comunicado via Diário Oficial do Estado, ficando o(s) licitante(s) desde a publicação, intimado(s) a apresentar recurso, caso queiram, nos termos do art. 109, inciso I, alínea b da Lei Federal 8.666/1993.

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

Av. Dr. Hélio Ribeiro, nº 1000, Res. Paiaguás – Cuiabá-MT – CEP 78048-910
Fone: (65) 3615-4757/4791 – e-mail: licitacoes@detran.mt.gov.br – www.detran.mt.gov.br

Assinado com senha por MAX DE MORAES LUCIDOS - Presidente CPL / DAS - 28/09/2022 às 09:18:47, RENATA KAROLINE GUILHER - Membro / GCONT - 28/09/2022 às 09:29:00, THAMIA KAROLINE MOREIRA DA SILVA - Membro / COAC - 28/09/2022 às 09:46:33, CRISTIANE RIBEIRO DE SANTANA ARAUJO - Membro / GCONT - 28/09/2022 às 09:47:31, ADNA ARAUJO DE OLIVEIRA - Membro / COAC - 28/09/2022 às 11:09:37, JOAO MARCELO REGIS LOPES - Membro / COAC - 28/09/2022 às 11:10:13 e JOAO BOSCO DA SILVA - Membro / GCONT - 28/09/2022 às 13:28:11.

Documento Nº: 4567548-397 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4567548-397>



DETRAN/202239403

SIGA



Governo do Estado de Mato Grosso
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO



I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

b) julgamento das propostas;

[...]

§ 1º A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "e", deste artigo, excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A licitação pública é um procedimento obrigatório para o Poder Público realizar contratos para adquirir, locar, alienar bens, conceder, contratar a execução de obras ou serviços. Esse foi o método adotado para se evitar desvio no objetivo principal do processo, qual seja, da seleção da proposta que melhor se adequa ao interesse público. Nesse contexto, os princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade e da isonomia assumem importante papel para inibir e auxiliar no controle de atos que conflitem com essa finalidade pública da licitação. Em suma, os princípios da moralidade e da probidade administrativa exigem a observância dos padrões éticos e morais, da correção de atitudes, da lealdade e da boa-fé.

Nada mais a tratar, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação encerrou a sessão às 09h05min.

Max de Moraes Lucidos
Presidente

Adna Araújo de Oliveira
Membro

Cristiane Ribeiro de Santana Araújo
Membro

João Bosco da Silva
Membro

João Marcelo Régis Lopes
Membro

Renata Karoline Guilher
Membro

Thamia Karoline Moreira da Silva
Membro

Av. Dr. Hélio Ribeiro, nº 1000, Res. Paiaguás – Cuiabá-MT – CEP 78048-910
Fone: (65) 3615-4757/4791 – e-mail: licitacoes@detran.mt.gov.br – www.detran.mt.gov.br

Assinado com senha por MAX DE MORAES LUCIDOS - Presidente CPL / DAS - 28/09/2022 às 09:18:47, RENATA KAROLINE GUILHER - Membro / GCONT - 28/09/2022 às 09:29:00, THAMIA KAROLINE MOREIRA DA SILVA - Membro / COAC - 28/09/2022 às 09:46:33, CRISTIANE RIBEIRO DE SANTANA ARAUJO - Membro / GCONT - 28/09/2022 às 09:47:31, ADNA ARAUJO DE OLIVEIRA - Membro / COAC - 28/09/2022 às 11:09:37, JOAO MARCELO REGIS LOPES - Membro / COAC - 28/09/2022 às 11:10:13 e JOAO BOSCO DA SILVA - Membro / GCONT - 28/09/2022 às 13:28:11.

Documento Nº: 4567548-397 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4567548-397>



DETRAN/DC202239403

SIGA